

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 22 DE NOVEMBRO DE 2019

NÚMERO 7.548

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL

Líder: Maurício Eskudlark

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD

PDT

Kennedy Nunes

Paulinha

PSDB

PSC

Vicente Caropreso

Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP

PSB

João Amin

Nazareno Martins

PRB

PV

Sergio Motta

Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Jessé Lopes

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon

Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta

Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 107ª Sessão Ordinária realizada em 14/11/2019..... 2</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes..... 3 CPI..... 6 Aviso de Licitação 16 Ofícios..... 16</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2019 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Bruno Souza - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jessé Lopes - João Amin - Laércio Schuster - Nazareno Martins - Neodí Saretta - Nilso Berlanda - Sérgio Motta.

PRESIDÊNCIA - Deputado Nilso Berlanda
DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Neste momento, a Presidência suspende a sessão para que a Coordenadora de Cultura da Acic - Associação Catarinense para Integração do Cego, senhora Marcilene Alberton, e a Assistente Social, senhora Lidiane Barbosa, façam a divulgação do espetáculo "Os Olhos da Arte".

Na sequência, manifestou-se o escritor, senhor Afonso Rocha, para discorrer sobre temas do livro de sua autoria "Pecador Me Confesso!".

Breves Comunicações

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Reabre a sessão, passando às Breves Comunicações.

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Inicia direcionando seu pronunciamento à Prefeitura Municipal de Florianópolis e à

Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Acusa a Casan de irresponsabilidade nos serviços de saneamento prestados à cidade de Florianópolis, que contribui com um terço da arrecadação total da empresa pública, bem como critica a prefeitura municipal por se omitir diante da problemática.

Afirma que encaminhará, por meio do seu gabinete, uma solicitação para que o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina tome providências e a Casan preste esclarecimentos à população florianopolitana. *[Taquigrafia: Roberto]*

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Orador) - Apresenta um projeto de lei que julga extremamente importante para o Estado, e comenta sua reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Rodrigo Collaço, onde apresentou o seu PL nº 1.875/2019, que trata do detalhamento das receitas públicas do governo do estado catarinense.

Comenta que a atual Legislação da Transparência exige, hoje, que as despesas públicas sejam detalhadas no Portal da Transparência, e afirma que se faz importante divulgar cada vez mais, dando acesso a essa ferramenta que disponibiliza informações à população.

Diz que é uma obrigação detalhar as despesas públicas, e considera igualmente

importante também saber o quanto o Estado arrecada todo mês, pois o país vive um ambiente de incerteza econômica e o crescimento não tem sido o esperado. Com isso, afirma que a Transparência pode ser uma ferramenta importante para atrair novos investidores para o estado, pois em um ambiente de incerteza, o melhor é investir onde as informações são claras, estando à disposição de todos.

Desta forma, cita que este projeto de lei de transparência das receitas do estado tem como um dos objetivos mostrar aos investidores que querem acreditar, que aqui temos um estado sólido e com um ambiente favorável para os negócios. Reforça que o Parlamento tem desempenhado um papel importante no resgate e proteção do emprego e renda do cidadão catarinense.

Lembra que o PL tramita na Comissão de Finanças, já passou pela Comissão de Constituição e Justiça e foi muito bem recebido pelo Tribunal de Justiça. Demonstra sua intenção em também apresentar o PL ao Ministério Público, Tribunal de Contas e Fiesc.

Pede o apoio dos demais Parlamentares para que este projeto siga nas comissões e chegue até o Plenário, acreditando que o mesmo pode trazer mais desenvolvimento e crescimento ao Estado. *[Taquigrafia: Guilherme]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) -

Informa que a presente data, 14 de novembro, é o Dia Mundial do Diabetes. E relata que, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, nos últimos 10 anos, o diabetes foi responsável pela morte de aproximadamente 14 mil pessoas, e causou internação hospitalar em mais de 44 mil pessoas, neste mesmo período. Acrescenta que possui maior incidência entre as mulheres, e comenta a relação com o câncer de mama. Fala da importância de manter uma rotina saudável, com atividades frequentes, para que seja garantida a qualidade de vida e a prevenção da doença.

Também faz referência à data 16 de novembro, que é o Dia Estadual da Pessoa

Ostomizada, instituído pela Lei 17.383/17 de sua autoria, com o objetivo de orientar a população sobre os cuidados, direitos e respeito à pessoa ostomizada e familiares. [Taquiografia: Northon]

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere de plano os requerimentos n.s.: 1682/2019, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 1683/2019, 1684/2019, 1685/2019, e 1686/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 1687/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 1688/2019, 1689/2019 e 1690/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1691/2019, 1692/2019, e 1693/2019, de autoria do deputado Maurício

Eskudlark; e 1694/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto.

Esta Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 1578/2019 e 1581/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Taquiografia: Elzamar]

Explicação Pessoal

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em Comemoração dos 68 Anos de Fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular do Brasil. [Revisão: Taquiografia Sara].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Deputada Ana Campagnolo, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Ivan Naatz, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Milton Hobus e Deputada Paulinha. Havendo quorum regimental, o Presidente abriu a reunião submetendo à apreciação a Ata da 29ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, em atenção ao Expediente, o Presidente passou à deliberação sobre do Enunciado 004/2019 de relatoria do Deputado Milton Hobus que dispõe: "Projeto de Lei que institua homenagem a classe profissional por subclassificação ou distinção por gênero é inconstitucional e injurídico". Posto em discussão e votação o dispositivo, este foi aprovado por unanimidade, sendo encaminhado para a publicação no Diário da Assembleia Legislativa. Em seguida o Presidente deu boas vindas à Deputada Ana Campagnolo a qual passou a integrar a Comissão de Constituição e Justiça como membro na vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Coronel Mocellin. O Presidente registrou a presença dos Deputados Sargento Lima e Volnei Weber e, em atenção à Ordem do Dia, abriu à palavra aos membros, obedecendo à ordem de chegada. O Deputado Ivan Naatz apresentou as seguintes matérias: PL./0271.0/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto que "dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de captação de energia solar em novos prédios públicos". Devolveu vista sem manifestação e, posto em discussão e votação o parecer favorável do relator Deputado Fabiano da Luz, foi concedida vista em gabinete à Deputada Paulinha; PL./0372.4/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto que "dispõe sobre a proibição de exposição de crianças e adolescentes no âmbito escolar, a danças que aludam a sexualização precoce, prevenção e combate à erotização infantil nas escolas do Estado de Santa Catarina". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil e, por intermédio desta, ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina - CEE. Posto em discussão, a Deputada Ana Campagnolo solicitou vista da matéria em gabinete. O Presidente sugeriu à Deputada que fosse colocado em votação o requerimento de diligência e, após fosse concedida a vista, o que a requerente concordou. Assim, posto em votação o requerimento de diligência, este foi aprovado por unanimidade, sendo solicitada pelo Presidente a disponibilização de vista da matéria à Deputada Ana Campagnolo; PL./0310.1/2019 de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que "institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO)". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo e PL./0231.3/2019, de autoria do Deputado Laércio Schuster, que "denomina Professora Norma Giovanella o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Teófilo Nolasco de Almeida, no Município de Benedito Novo". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e

votação, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Paulinha apresentou as seguintes matérias: PL./0351.0/2019, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que "altera a Lei nº 12.904, de 2004, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da rede pública do Estado de Santa Catarina". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PL./0314.5/2019, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que "dispõe sobre o sigilo das informações pessoais dos Agentes Públicos da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria da Administração Prisional". Requereu diligência à Secretaria de Estado de Administração Prisional e Secretaria de Estado da Segurança Pública que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0007.8/2019 de autoria do Deputado Laércio Schuster, que "dispõe sobre o dever de afixar placas ou cartazes em locais visíveis e de fácil acesso, em todos os órgãos públicos do Estado de Santa Catarina, para divulgar o direito a não obrigatoriedade de reconhecimento de firma e autenticação de cópias em cartório, para utilização em atos e procedimentos administrativos, conforme Lei federal, nº 13.726 de 2018". Requereu diligência à ANOREG/SC - Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina, à Secretaria de Estado de Administração, Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC e ao DETRAN/SC, que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PL./0257.2/2019 de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que "altera a Lei nº 10.501, de 1997, que dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e dá outras providências, para o fim de vedar o uso de objetos que dificultem a identificação pessoal, bem como de aparelhos eletrônicos". Requereu diligências à FECOMÉRCIO - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina e ao PROCON/SC que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. PL./0267.4/2019 de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "institui o dia de conscientização contra a prática do aborto no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Milton Hobus apresentou as seguintes matérias: PEC/0009.7/2019, de autoria do Deputado Coronel Mocellin e outros que "altera o inciso VIII do art. 8º da Constituição do Estado de Santa Catarina, sem manifestação". Devolveu vista sem manifestação. Posto em discussão e votação o parecer favorável do relator Deputado Maurício Eskudlark, este foi aprovado por unanimidade. PL./0371.3/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto que "garante aos consumidores o acesso a todas as informações referentes ao uso de agrotóxicos no processo de produção dos alimentos comercializados no Estado de Santa Catarina e dá outras providências". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Agricultura (CIDASC e EPAGRI), Associação Brasileira de Alimentos - ABIA, Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina - FECOAGRO e Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal - SINDVEG. Posto o requerimento em discussão e votação, este foi aprovado por unanimidade. O Deputado João Amin apresentou as seguintes matérias: PL./0330.5/2019, de autoria do Governador do Estado, que "dispõe sobre as condecorações e o título honorífico a serem outorgados pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e estabelece outras providências". Devolveu vista sem

manifestação. Posto em discussão e votação o parecer do relator Deputado Luiz Fernando Vampiro pela tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 0330.5/2019 e PL./0216.4/2019, foi aprovado por unanimidade; PL./0349.5/2019, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0344.0/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “denomina de ‘André Schmitt’ a rodovia que liga a rodovia Aparício Ramos Cordeiro ao Aeroporto Internacional de Florianópolis e à Avenida Deputado Diomício Freitas”. Requereu diligência interna ao autor da proposição que, posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade; PL./0156.9/2018, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca, que “determina sobre a instalação de indicadores luminosos nas casas noturnas no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Luiz Fernando Vampiro. OF/0185.0/2019, de autoria de Entidade Social, que “solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Futsal, de Florianópolis”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Luiz Fernando Vampiro apresentou as seguintes matérias: PL./0264.1/2019, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que “institui o Dia da Bombeira Militar”. Devolveu vista sem manifestação em razão da aprovação do Enunciado nº 004/2019 nesta Comissão. PL./0380.4/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que “dispõe sobre o Relatório de Vitimização dos Encarregados da Aplicação da Lei - Reveal no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Requereu diligência à Secretaria de Estado de Segurança Pública. Posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0249.2/2019 de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilidade do Código QR em todas as placas de obras públicas estaduais para a leitura e fiscalização eletrônica por dispositivos móveis, e adota outras providências”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0242.6/2019 de autoria de autoria do Deputado Volnei Weber, que “acrescenta o art. 19-A a Lei nº 17.492, de 2018, que dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Exarou parecer favorável com emenda aditiva que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin. PL./0283.4/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “acrescenta parágrafos ao artigo 8º, da Lei nº 5684, de 1980”. Requereu diligência Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e a ARES - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Casa Civil. Posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O Deputado Maurício Eskudlark apresentou as seguintes matérias: PEC/0011.1/2019, de autoria do Deputado Jesse Lopes e outros que “altera o inciso IV do art. 164 da Constituição Estadual do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Paulinha; PL./0373.5/2019 de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política de Educação Digital nas Escolas - Cidadania Digital, e adota outras providências”. Requereu diligência à Procuradoria Geral do Estado (PGE) e à Secretaria de Estado da Educação, por intermédio da Secretaria do Estado da Casa Civil. Posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. PL./0277.6/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que “institui nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual para Conscientização dos riscos do uso das pipas com fio cortante e adota outras providências”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Fabiano da Luz apresentou as seguintes matérias: PL./0355.3/2019, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que “dispõe sobre a permissão para a visitação de animais domésticos e de estimação em hospitais privados, públicos contratados, conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon apresentou as seguintes matérias: PL./0368.8/2019 de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “reconhece o Município de Matos Costa como Sentinela do Contestado”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0233.5/2019 de autoria do Deputado Volnei Weber, que “dispõe sobre páginas eletrônicas de Transparência nas instituições hospitalares filantrópicas do Estado de Santa Catarina que utilizam recursos públicos estaduais”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou a próxima reunião, agradeceu a presença dos Senhores Depu-

tados e demais presentes e encerrou a presente reunião da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Presidente desta Reunião e publicada no Diário da Assembleia. Sala das Comissões, 05 de novembro de 2019.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Deputada Ana Campagnolo, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputado Maurício Eskudlark, Deputada Paulinha. Ausentes, justificadamente, o Deputado Milton Hobus, com conforme ofício interno de gabinete nº 310/2019 e Deputado Ivan Naatz, conforme ofício interno de gabinete nº 175/2019. Havendo quorum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 30ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Em atenção ao Expediente apresentou o relatório de distribuição das matérias da Comissão e, em seguida, iniciou a Ordem do Dia abrindo a palavra aos membros, observada a ordem de chegada. A Deputada Paulinha apresentou as seguintes matérias: Devolução de Vista ao PL./0043.1/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que “dispõe sobre a vedação de uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, coreografias e danças desvalorizem, incitem a violência ou exponham as mulheres à situação de constrangimento, ou que contenham manifestações de homofobia ou discriminação racial”. Devolveu vista sem manifestação. Posto em votação o parecer favorável do relator Deputado Ivan Naatz, foi concedida vista à Deputada Ana Campagnolo; Devolução de Vista ao PL./0208.4/2018, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que “determina a obrigatoriedade das doações, por empresas estatais, doações incentivadas por entidades empresariais não controladas pelo Poder Público e por pessoas investidas em cargo público da Administração Estadual, ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)”. Devolveu vista sem manifestação. Posto em votação o requerimento de diligenciamento à Casa Civil apresentado pelo relator, Deputado Maurício Eskudlark, este foi aprovado por unanimidade; Devolução de Vista ao PL./0285.6/2016, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que “extingue a Escrivania de Paz do distrito de Ubatuba, da comarca de São Francisco do Sul, revoga a Lei promulgada nº 955, de 1964, e adota outras providências”. Requereu diligência à ANOREG/SC - Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina, a ARESPIN/SC - Associação dos responsáveis interinos por cartórios vagos de Santa Catarina, e a ARPEN/SC - Associação dos registradores civis das pessoas naturais de Santa Catarina. Posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Devolução de Vista ao PL./0320.3/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “regulamenta a conversão da penalidade de multa por advertência escrita às infrações de trânsito de natureza leve ou média, no Estado de Santa Catarina.” Requereu diligência ao CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; Devolução de Vista ao PLC./0005.1/2019, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que “altera a Lei Complementar nº 170, de 1998, que ‘Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação’, para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica pública sob tratamento prolongado de saúde, em regime hospitalar ou domiciliar”. Apresentou voto vista Contrário ao parecer do relator, Deputado Coronel Mocellin. Por ter precedência, foi colocado em discussão e votação o parecer do relator pela rejeição, o qual aprovado por maioria; Devolução de Vista ao PLC./0024.4/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “regulamenta o art. 135 da Constituição do Estado de Santa Catarina, estimulando a livre iniciativa e livre concorrência para o exercício da atividade de transporte de privado individual por motorista cadastrado em aplicativo”. Devolveu vista sem manifestação. Posto em discussão e votação o parecer favorável do relator, Deputado Maurício Eskudlark, o Deputado João Amin solicitou diligência à Procuradoria Geral do Estado, à Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARES), à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), Associação das Empresas de Transporte Turístico e Fretamento de Santa Catarina (AETTUSC), ao Sindicato de Transporte de Passageiros (SETPESC) e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), o qual foi aprovada por unanimidade; Devolução de Vista ao PLC./0025.5/2018, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “altera a Lei Complementar nº 170, de 1998, que ‘Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação’”. Devolveu vista sem manifestação. Posto em discussão e votação o parecer do relator Deputado Coronel Mocellin pela rejeição, este foi

aprovado por maioria, com votos contrários do Deputado Fabiano da Luz e Deputada Paulinha; PL./0156.9/2019 de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “dispõe sobre a inclusão da disciplina de Noções Básicas de Direito no currículo escolar do Ensino Médio, no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista à Deputada Ana Campagnolo; PL./0191.1/2019 de autoria da Deputada Ada De Luca, que “cria o Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista à Deputada Ana Campagnolo e ao Deputado Maurício Eskudlark. O Deputado Luiz Fernando Vampiro apresentou as seguintes matérias: Devolução de Vista ao PL./0289.0/2019, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que “dispõe sobre a prorrogação de pagamento de ICMS devido por estabelecimento que comprovadamente tenha sido atingido por catástrofe climática, incêndio ou qualquer outro evento fortuito que paralise sua atividade comercial”. Devolveu vista requerendo diligência à Secretaria de Estado da Fazenda, que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; Devolução de Vista ao PL./0308.7/2019, de autoria do Deputado Sargento Lima, que dispõe sobre a instituição do Selo “Empresa Amiga dos Autistas e Portadores de TDAH” e adota outras providências. Devolveu vista exarando parecer favorável com emenda substitutiva global, contrário ao parecer pela rejeição do Relator Deputado Ivan Naatz. Foi retirado da pauta em razão da ausência do relator Deputado Ivan Naatz. PL./0386.0/2019, de autoria dos Deputados Coronel Mocellin e Jerry Comper, que altera a Lei 14.219, de 30 de novembro de 2007. Requereu diligências à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade através da Secretaria de Estado da Casa Civil. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; CON./0002.7/2019 de autoria do Deputado Bruno Souza, sobre questão de ordem buscando esclarecimentos acerca da interpretação ou observância do Regimento Interno quando da tramitação do PL./0163.8/2018. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado João Amin apresentou as seguintes matérias: Devolução de Vista ao PLC./0024.4/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que regulamenta o art. 135 da Constituição do Estado de Santa Catarina, estimulando a livre iniciativa e livre concorrência para o exercício da atividade de transporte de privado individual por motorista cadastrado em aplicativo. Requereu diligências à Casa Civil e por meio desta, à Procuradoria Geral do Estado, Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC), à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), Associação das Empresas de Transporte Turístico e Fretamento de Santa Catarina (AETTUSC), ao Sindicato de Transporte de Passageiros (SETPESC) e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; Devolução de Vista ao PL./0308.7/2019, de autoria do Deputado Sargento Lima, que dispõe sobre a instituição do Selo “Empresa Amiga dos Autistas e Portadores de TDAH” e adota outras providências, sem manifestação; PL./0364.4/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que estabelece a obrigatoriedade de emissão imediata de cupom fiscal por todas as unidades da rede hoteleira do Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Requereu diligências à Secretaria de Estado da Fazenda e ao PROCON-SC. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0293.6/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que dispõe sobre a distribuição gratuita de aparelho medidor de glicose que dispensa sangue para crianças inseridas em programa de educação para diabéticos. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0265.2/2019, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que altera a Lei nº 17.449, de 2018, que institui o Sistema Estadual de Cultura (SIEC) e estabelece outras providências. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedido vista à Deputada Ana Campagnolo. O Deputado Maurício Eskudlark apresentou as seguintes matérias: PL./0295.8/2019, de autoria do Deputado Laércio Schuster, que, institui o Código Estadual de Defesa do Empreendedor e adota outras providências. Requereu diligências à Secretaria da Casa Civil e por meio desta a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, a Procuradoria Geral do Estado - PGE, a FECOMERCIO e a FIESC. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. PL./0369.9/2019 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que cria Escritania de Paz nos Municípios de Formosa do Sul, Santiago do Sul, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Bernardino e Zortéa. Exarou parecer favorável com emenda aditiva. Posto em discussão e votação foi concedido vista ao Deputado João Amin; PL./0389.2/2019 de autoria do Deputado José Milton Scheffer e outros, que concede Título de Cidadão Catarinense ao engenheiro agrônomo José Oscar Kurtz. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0272.1/2019 de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que cria o Selo Empresa Amiga da Mulher, no âmbito do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação foi aprovado por

unanimidade; Extrapauta apresentou o PL./0396.1/2019 de autoria do Governador do Estado, que Institui o Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP-SC) e estabelece outras providências. Exarou parecer pela aprovação. Posto em discussão e votação foi concedido vista ao Deputado João Amin. O Deputado Fabiano Da Luz apresentou as seguintes matérias: PL./0370.2/2019 de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que institui e inclui no calendário oficial do Estado a Semana da Conscientização sobre a Esquizofrenia. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0363.3/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina”, para declarar integrante do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina a Oktoberfest de Blumenau. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; O Deputado Romildo Titon apresentou as seguintes matérias; PL./0401.3/2019 de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Palhoça. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade e o PL./0123.0/2018 de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente convocou a próxima reunião para dia e horário de costume, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Secretária desta Comissão, lavei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Presidente desta Reunião e publicada no Diário da Assembléia. Sala das Comissões, 12 de novembro de 2019.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Às nove horas e trinta minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezenove, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Bruno de Souza, Fernando Krelling, José Milton Scheffer, Luciane Carminatti, Marcius Machado, Milton Hobus e Sargento Lima. O Deputado Jerry Comper foi substituído pelo Deputado Valdir Cobalchini. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 19ª reunião ordinária, que em votação foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Bruno Souza** relatou o PL./0189.7/2019, que dispõe sobre o cancelamento ou suspensão de plano de telefonia nos casos de furto ou roubo de aparelho celular, e adota outras providências, seu parecer foi contrário ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Valdir Cobalchini**, apresentou parecer exarado pelo Deputado Jerry Comper ao PL./0055.5/2017, que dispõe sobre a proibição da utilização de animais para o desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, medicamentos, perfumes e seus componentes, seu parecer foi favorável ao projeto, mas estando este em diligência, foi acordado em aguardar por mais uma semana o retorno da diligência. O **Deputado Sargento Lima** retirou de pauta o PL./0142.3/2019 e a PEC/0002.0/2019, relatando apenas o PL./0276.5/2019, que dispõe sobre a comercialização de cerveja artesanal nos eventos realizados com recursos públicos no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, seu parecer foi pelo Diligenciamento da matéria, posto em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Marcius Machado** relatou o PL./0072.6/2019, que Altera a Lei nº 10.567, de 1997, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos aos doadores de sangue e de medula e adota outras providências, para limitar a isenção ao âmbito estadual, bem como diferenciar as duas modalidades de doação quanto ao modo de comprovação, seu parecer foi favorável com emenda modificativa, posto em discussão foi cedido vista em gabinete ao Deputado José Milton Scheffer. O **Deputado Marcius Machado** retirou de pauta o PL./0240.4/2018. A **Deputada Luciane Carminatti** retirou de pauta o PL./0260.8/2019. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira, chefe de secretaria, lavei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, sei de novembro de dois mil e dezenove.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

CPI

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES
ATA DA 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS
NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS
LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A
ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 11H,
NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Bom dia todos e todas. Eu vou pedir que todos se acomodem.

Nós vamos dar início à reunião da CPI. Eu quero justificar a ausência, já de antemão, do Deputado João Amim que será substituído pelo Deputado Ivan Naatz, que deve logo estar presente conosco também.

Senhores Deputados, Deputados que nos acompanham pela TVAL e também aos presentes neste recinto, nós vamos dar início hoje a oitiva de duas testemunhas.

Havendo quórum regimental, damos início à reunião da CPI constituída pelo Ato da Presidência nº 030.

Antes da oitiva, eu quero colocar em apreciação o requerimento do colega Deputado Bruno Souza:

(Passa a ler.)

“Cumprimentando, venho por meio deste requerer a submissão do nome abaixo relacionado para ser ouvido por esta Comissão, João Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina no período de 2011 a 2018. Tendo realizado a rescisão unilateral do contrato processo judicial nº 264/2008 com o Consórcio Florianópolis Monumento e conforme indicações de testemunha ouvida, sob juramento nesta Comissão, ter sido pessoalmente cientificado sobre as evoluções das obras da Ponte Hercílio Luz durante o exercício dos referidos mandatos.”

Eu coloco em apreciação esse requerimento da oitiva do ex-governador João Raimundo Colombo. Em discussão. *(Pausa.)*

Os senhores Deputados que concordam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – É uma convocação?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Sim, na verdade, é uma convocação para a Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade, o próprio ex-governador já manifestou a sua disposição em vir. Ele falou que tem vontade, e, se for convidado, ele virá. Então nós estamos formalizando o convite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Mas seria bom nós fazermos um convite, nós da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Autor com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O problema é que não existe a figura do convite, mas ninguém que vem aqui vem na figura de suspeito, nada disso. É uma sugestão, uma convocação, a pessoa vem aqui apenas para nos ajudar.

Nós precisamos ter os cinco votos para a convocação, mas ele, como eu falei, já manifestou, inclusive hoje, no próprio Diário Catarinense, a sua disposição em vir e não vê problema nisso. Então, só para deixar claro aos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – *O.k.*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E ninguém vem aqui na figura de suspeito, nada disso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) —... a pessoa vem para nos ajudar a esclarecer fatos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Na verdade ele vem como qualquer outro depoente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Essa é a condição. Sejamos aqui bem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Hum, hum.

(A Deputada Estadual Marlene Fengler, orientada pela assessoria da CPI, manifesta-se fora do microfone dizendo que existe a figura do convite.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Existe regimentalmente a figura?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Existe.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Então eu proponho que nós deixemos para deliberar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) —... em função de que se verifique juridicamente isso, pode ser?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu só peço para que nós deliberemos ainda hoje, porque hoje seria a última oportunidade possível para a CPI e parece ser intempestivo este convite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Tá bom. A assessoria vê se pode ser o convite.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Isso. A assessoria verifica essa informação e traz a informação adequada para nós, para ganharmos tempo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Tá bom. Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – *O.k.*

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – São 11h19min e eu fiz uma solicitação ao Deputado Bruno para que nós fizéssemos essas oitivas até 12h30min em função de que, eu que presido aqui, já tenho outra Comissão para tratar, que sou membro também, que é a de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energias. Então se a gente pudesse pautar dentro desse tempo eu agradeço.

Bom, primeiro nós vamos ouvir o senhor Celso, é isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Foi invertida a ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Então nós vamos ouvir primeiro o doutor...

(O Deputado Estadual Ivan Naatz adentra ao recinto e cumprimenta os presentes.)

... Bom dia. O doutor Wilfredo Brillinger, é isso?

(O senhor Wilfredo Brillinger manifesta-se fora do microfone: “Isso.”)

Eu gostaria que o senhor, que já está aqui na frente conosco, fale no microfone.

Eu quero lhe perguntar se o senhor assume o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade acerca dos fatos e do que lhe for perguntado?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O senhor também não é obrigado a responder as perguntas se assim desejar.

Para que as taquígrafas possam fazer o registro, eu peço que o senhor fale o seu nome completo, profissão, idade, local de nascimento e endereço, o mais próximo possível do microfone. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]*

O SR. WILFREDO BRILLINGER – É... Wilfredo Brillinger, é... eu nasci em Turvo, 1958. Sou engenheiro, é... é... sócio-majoritário, é, da empresa Prosul.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Seu endereço?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Rua Frei Caneca, 100, apartamento 1201, é... Agrônoma, Florianópolis.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – *O.k.*

O senhor está acompanhado de advogado, sim?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Ao advogado, se o senhor desejar ter instrução do seu procurador, mas ele não poderá fazer qualquer manifestação ou gesto de aprovação ou desaprovação. Solicito também ao advogado que fale no microfone o seu nome completo, número da OAB e o endereço do escritório.

O SR. CESAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU – Meu nome é Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu, a minha OAB é 4.125 e meu escritório é na Rua Urbano Salles, 133, Centro, Florianópolis.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – *O.k.*

Eu passo agora a palavra ao Relator da Comissão, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom dia, senhor Wilfredo.

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wilfredo, nós vamos apresentar alguns documentos tanto na tela - para nossa equipe técnica poder transmitir - quanto também no computador que está ao seu lado, por isso talvez fosse melhor inverter para o senhor não precisar ficar olhando na tela.

Nós vamos mostrar alguns documentos durante esta oitiva, mas já vou começar mostrando um para o senhor.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Nos documentos de habilitação exigidos pelo edital da concorrência internacional nº 12/2006, vencida pelo Consórcio Prosul-Concremat, para fins de gerenciamento e supervisão das obras da Ponte Hercílio Luz, constam os seguintes itens relativos à qualificação técnica da empresa ou consórcio:

Quanto à qualificação técnica: prova de registro de empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, com jurisdição no Estado em que está sediada a empresa, com validade na data limite da entrega da documentação e das propostas; comprovação de aptidão para execução dos serviços mediante apresentação de atestados ou certidões de execução; gerenciamento, ou supervisão, ou fiscalização de obra de recuperação de ponte em estrutura metálica com extensão superior a 70% da extensão da ponte; projeto, ou supervisão; projeto de recuperação e reforço de estruturas de pontes ou viadutos; e gerenciamento, ou supervisão.

Ocorre que entre todos os atestados e certidões apresentados pelo Consórcio Prosul-Concremat nas quatro grandes áreas cobradas pelo edital - que são basicamente estrutura metálica, obra tombada pelo patrimônio histórico, estruturas de pontes ou viadutos e fiscalização ambiental de obra -, a sua empresa, a Prosul, apresentou apenas uma certidão na área ambiental, inclusive onde consta o seu nome como coordenador geral da equipe, que está ali também na tela.

Senhor Wilfredo, a qualificação técnica para os serviços era quase que completamente da Concremat, a Prosul foi mera coadjuvante na fase licitatória?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – É... Bom dia a todos. Bom dia, senhores Deputados, imprensa, é... Eu gostaria inicialmente de agradecer a oportunidade, é... de a gente poder esclarecer é... esses assuntos relacionados à, à Ponte Hercílio Luz.

Se me permita, eu gostaria de fazer um breve relato da nossa empresa, é... que eu acho importante no contexto dessa discussão de hoje. É... a Prosul é uma empresa com 32 anos de existência, é... trava... com a sede em Florianópolis, sempre foi, né, inicialmente foi fundada em São José, depois eu mudei, em 94, para Florianópolis. É uma empresa que trabalha na área de infraestrutura, é... basicamente na área de infraestrutura, estudos, projetos, gerenciamento de obras, é, no Brasil inteiro. Nós só não temos obras hoje e não estamos envolvidos, em dois Estados: no Acre e no Amapá.

É... tenho a oportunidade, aqui eu queria, eu queria fa... repassar aos senhores, aos senhores Deputados, é, esse é o *ranking* da engenharia brasileira (*mostra folder*), onde a Prosul, há vários anos, é a maior empresa de consultoria do Sul do País, e nós somos a 11ª do País. Basicamente, as empresas que estão na nossa frente são empresas que trabalham na, na área de gás, ã, de óleo e gás, que é uma área que a gente não atua. É, trabalhamos na área de infraestrutura desde na área de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos. É... temos hoje em torno, aí, de 700 funcionários, né? É... e somos, é, hoje, uma das, uma das empresas referência na área de consultoria de engenharia no País, né? *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

Eu gostaria, depois, que fosse distribuída aí um *folder* da empresa e também aqui um, um, um *ranking* da empresa, da empresa, da engenharia, da engenharia brasileira, é... que eu acho importante, nesse momento colocar, para se situar quem é a Prosul, né? É... isso muito, muito orgulha, né, Florianópolis, por ser uma empresa aqui de Florianópolis e o nosso Estado de Santa Catarina, né? Então, só queria fazer essa inicial pra, pra, pra, pra terem, pra terem é, é, ideia do, do que, do que é a Prosul.

Respondendo a sua pergunta, eu, evidentemente, é... nesse momento, eu não tenho como me lembrar exatamente da, dos atestados que foram colocados numa licitação lá em 2006, né? Mas por que que eu fui buscar a Concremat? Eu fui buscar a Concremat é... porque tratava-se uma ponte pênsil e a única empresa aqui no Brasil que tinha atestado, que tinha atestação, por isso que a concorrência era internacional, né, uma das únicas, eu não digo a única, mas uma das poucas empresas que tinha atestado em ponte pênsil era a Concremat. Essa ponte pênsil é uma ponte que eles fizeram essa, esse trabalho de consultoria e, e supervisão numa ponte no Espírito Santo, porque é, é difícil. Ponte pênsil aqui no Brasil, nós temos a Hercílio Luz

que é, que é o, que é a grande ponte pênsil hoje do mundo, não é do Brasil, né? Do Brasil só tem, só tem, nessas dimensões, só tem elas.

Então, na época, eu busquei uma empresa que me complementasse, que me complementasse para que eu pudesse participar dessa licitação internacional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Esse foi o único atestado apresentado pela Prosul. Então, a complementação que o senhor considera... o senhor considera que a Prosul foi complementada... a Concremat foi complementar ou ela foi protagonista?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não, não, nós somos líder do consórcio. Quando, quando, quando a gente entra uma licitação, num consórcio, a gente vê os atestados. Não é que a Prosul não tinha atestado, mas a gente vê qual é o melhor atestado, qual é o atestado mais robusto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nesse caso tinha só o ambiental para apresentar?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Na... si, si a questão é essa, volto, volto, volto a te colocar que eu não lembro é... da, da... porque não é, aqui não é só a qualificação técnica. Nós temos que observar duas coisas, tais falando na qualificação da proponente, depois, tem a qualificação da equipe técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o atestado da...

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Eu gostaria de... é, eu também não lembro, eu não lembro quantos profissionais meus participaram da qualificação de, da, da equipe técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os atestados da Concremat eram robustos?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Os atestados da Concremat eram robustos a ponto de, de, de, nós sermos habilitado para o consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wilfredo, a empresa Prosul constituiu o Consórcio BR-101 Sul em 2004, o Consórcio Prosul-Themag em 2009, os Consórcios Prosul-MPB e Prosul-Projel em 2010, o Consórcio Vidal Ramos, em 2011. São apenas alguns exemplos registrados na Junta Comercial de Santa Catarina. Entretanto, o Consórcio Prosul-Concremat não foi registrado na Junta Comercial, apesar de o edital exigir o registro antes da assinatura do contrato.

O senhor poderia explicar por que não foi cumprida essa exigência do edital?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não, eu não sei, porque eu não tenho essa explicação. Agora, eu posso dizer uma coisa, eu tive vários consórcios... a lei, a lei, a lei lá atrás, não sei qual é a data, não necessariamente você tinha que inscrever o consórcio na Junta, na Junta Comercial. Ou seja, não necessariamente você precisaria ter um CNPJ, tá? A partir de um determinado momento, que eu não sei se precisar, tá, a lei alterou e, hoje, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nessa época precisava.

O SR. WILFREDO BRILLINGER – ...é obrigatório, é obrigatório qualquer consórcio, você é obrigatório, ã, entrar na Junta Comercial e você, é... ter um CNPJ e liberar como consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade o próprio edital exigia que estivesse registrado na Junta Comercial antes da assinatura do contrato. Por isso, a nossa pergunta. O senhor tem alguma explicação para isso?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não, não lembro, não lembro desse fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Com relação à equipe técnica a ser alocada no canteiro de obras, o Consórcio Prosul-Concremat apresentou a seguinte relação de profissionais, que está na sua tela - eu não vou ler a inteira para não desgastar a Comissão. O único profissional da Prosul nessa relação é o senhor, confere?

(O Depoente confere no computador a relação dos profissionais.)

O SR. WILFREDO BRILLINGER – É, tem, tem profissionais aqui que são profissionais, é... que estavam ligados a nós, por exemplo, o João Paulino, o arqueólogo; o Diego, é, é biólogo nosso; o João Goulart, sociólogo é nosso, é... deixa ver mais aqui. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

(O Depoente lê novamente os nomes dos profissionais da equipe técnica em voz baixa.)

É, aqui, dessa equipe aqui... deixa eu ver, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12... 1, 2, 3, 4, 5, 6... Seis são nossos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode citar quais são?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – É... e, eu, né (ri), o... Osvaldo Paulino, Diogo Miguel, João Goulart Júnior trabalhava conosco, é... os outros aqui, João Eduardo faz tanto tempo, eu não, não, não lembro quem é... engenheiro auxiliar, não, não, não lembro... Ronaldo... é... São esses aí, a princípio que eu me lembro são esses aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E porque eles não estavam na relação de responsáveis apresentada pela Prosul, tampouco no item de comprovação de vínculo dos profissionais detentores de acervo?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não estavam como?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eles não estavam na relação de responsáveis apresentada pela Prosul, e também não estavam, esses profissionais da Prosul...

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Mas isso, isso foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...nem no item de comprovação de vínculo dos profissionais detentores de acervo.

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Essa, essa foi a equipe que entrou na licitação da obra. A lei me permite, eu, em eu ganhando a licitação, tá? Eu fazer a substituição dos profissionais por currículo equivalente ou superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu estou perguntando sobre esses aí, exatamente. Mas por que esses que o senhor apontou não estavam na... não apresentavam nenhuma relação de responsáveis apresentada pela Prosul como vinculados a Prosul e tampouco no item de comprovação desse vínculo. Por isso que eu lhe pergunto.

O SR. WILFREDO BRILLINGER – A, mas eu não lembro agora se, se, se eles estavam, tinham vínculo. Nós estamos falando de 2000... 2006.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Se o senhor puder olhar agora esse *slide*. (*Mostra imagem.*) Esta é a comprovação de vínculo no edital: Para comprovação de vínculo de engenheiro-agrônomo Wilfredo Brillinger, vide contrato social da empresa Prosul, página 11 do presente volume.

Ou seja, no edital, apesar do senhor ter apontado, os únicos que apareciam com relação com a Prosul era o senhor, por isso a pergunta.

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Eles deviam ser, eles deviam ser provavelmente na época, se eles não tinham vínculo, eles eram meus consultores, a gente tem muito... alguns profissionais de área específicas, como arqueologia, biologia, específica. Alguns, alguns profissionais, você não tem ele no seu quadro, você tem ele como... você tem contrato de prestação de serviço com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No primeiro relatório mensal produzido pelo consórcio Prosul-Concremat, referente aos meses de agosto e setembro de 2006, consta a seguinte equipe técnica do consórcio supervisor. Vai estar a sua disposição, vai estar na tela, só um momento. (*Mostra imagem.*)

Nós podemos perceber que as funções de engenheiro coordenador e de engenheiro de estruturas metálicas já estão sendo exercidas, no primeiro mês de supervisão, por outros profissionais que não aqueles que foram relacionados na licitação. Por que isso aconteceu?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Volto a repetir aquilo que eu falei pra você, quando você entra numa licitação, você entra com os profissionais... determinados profissionais. Você não sabe se você vai ganhar ou vai perder aquela licitação. A partir do momento que você ganha a licitação, a lei, até hoje é assim, a lei me permite que a partir do momento que eu assine o contrato, eu faço a substituição dos profissionais desde que o currículo seja equivalente ou superior. Então, isso foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E eles tinham o mesmo acervo que os engenheiros que concorreram?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Se não tivessem não seria provado pelo órgão... contratante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E por que eles não foram incluídos já na equipe técnica no edital?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Eu vou te explicar. Não foram incluídos porque com certeza a equipe técnica que eu apresentei na, que eu apresentei na, na, na, na, na proposta técnica, naquele momento, era mais interessante o currículo. Eram, eram... Não é que esses aqui não atendiam, eles podiam atender, só que aqueles currículos, eram currículos que atendiam o edital e eram muito superiores. E eu precisava, naquele momento, botar o que eu tinha de melhor na, na minha proposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Durante toda a execução do contrato os nomes se mantêm parecidos para as

funções de coordenador e engenheiro de estruturas metálicas, com a aparição do engenheiro Celso Carvalho e depois do engenheiro Sebastião Rezende como coordenador. Algum profissional da Concremat assumiu essas funções durante a execução do contrato?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Ó, â... eu, assim, detalhes, eu vo, eu vo só pra, só pra vocês aqui entenderem o processo. A minha função na empresa, a minha função na empresa, eu faço, eu faço a parte institucional, a parte política e a parte comercial, né? Então, eu, eu busco mercado, é, dispuo licitações, me envolvo com isso. A partir do momento que eu assinei o contrato, eu ganhei a licitação, eu assinei o contrato, eu passo, eu tenho várias diretorias dentro da empresa, eu passo para aquele diretor afim para ele fazer a parte operacional do contrato, né?

Então, pra deixar claro, eu não me envolvo. Eu não me envolvo já há muito tempo, né, na, na parte operacional dos contratos. Eu tenho os meus diretores aqui, é, que fazem isso, inclusive, na sequência, o engenheiro Celso, que é o meu diretor de obras já há mais de vinte anos, talvez ele possa esclarecer melhor essas questões aí, mais específicas referentes ao contrato. [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lembra se existia algum profissional da Concremat?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Com certeza, com certeza, com certeza. Isso, sim, porque a gente também numa obra desse vulto, evidentemente, que eu procurava obter informações, como é que estava o andamento da obra, etc. E, os profissionais, com certeza absoluta - isso eu afirmo sem sobre de dúvidas -, os profissionais da Concremat participaram ativamente desse contrato. Eu não sei nomes, assim, se me perguntar nomes eu não sei, mas, com certeza, tinham profissionais da Concremat participando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wilfredo, nós fizemos um levantamento dos profissionais apontados na licitação pela Prosul-Concremat e das suas atuações ao longo dos anos. Vai entrar agora também na tela.

(*O Relator pede para passar o slide.*)

Nenhuma das funções de engenheiro, de 2006 até 2010, foi ocupada pelos profissionais apontados na licitação. O Deinfra anuiu com essas substituições?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Veja bem, todas as substituições... você só pode... todas as... volto a dizer, a pergunta é referente novamente entre a equipe que entrou na proposta e a equipe que atuou. Volto a dizer, a lei me permite que assim que eu ganhe uma licitação... porque eu não posso ter profissionais na prateleira, entendeu? Tenho um profissional na prateleira e eu vou entrar; se eu ganhar, eu pego a pessoa; se eu não ganhar... não existe isso, não é assim que funciona. Existe, como eu volto a repetir, você entra com uma equipe que você tem de melhor dentro da empresa. Em ganhando a licitação você faz a substituição pro currículo equivalente ao superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor poderia apresentar a documentação encaminhada à época ao Deinfra que comprovou que o substituto tinha o mesmo acervo técnico? Poderia ceder à CPI?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Ah, eu não lembro disso, mas, com certeza, isso é corriqueiro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor teria a documentação para nos encaminhar?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Se eu teria?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso. Poderia nos encaminhar?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – (*O advogado Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu orienta o depoente fora do microfone dizendo que é possível que exista administrativamente dentro do Deinfra esse material.*)

É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Requisitamos já.

O SR. WILFREDO BRILLINGER – É, é possível que exista essa documentação oficial dentro da, do, do próprio Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essas substituições, elas não... O senhor não guarda os registros dessas substituições?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Eu guardo... alguns registros eu guardo, tá. Normalmente na empresa, depois de cinco anos, a gente, a gente... incinera todos os documentos porque é coisa que não, não, não interessa mais, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essas substituições elas são normais...

O SR. WILFREDO BRILLINGER – São normais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Elas não ocorreram rápido demais, logo no primeiro mês de...

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não, são normais e se faz isso realmente no primeiro mês, porque a partir do momento... tá, eu botei um profissional meu gabaritado, esse profissional meu pontuou e eu fui ganhador da licitação por causa desse profissional. A partir do momento que eu começar a executar esse profissional; ele está alocado, até porque entre uma licitação e outra... desde o momento que eu participo da licitação, até o momento que eu... é... a definição se eu vou ganhar ou não vou ganhar até assinar o contrato, isso pode decorrer até seis, sete meses. De repente, esse profissional que eu coloquei lá, já está envolvido em outra obra. Então, é, é, é assim mesmo. É no primeiro mês, quando você inicia o contrato, assina o contrato, tem ordem de serviço, você tem que colocar aquela equipe que vai trabalhar efetivamente na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, pelo que eu entendi do seu relato, esses profissionais que o senhor colocou no edital estavam lá só para pontuar na licitação?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Esses profissionais que eu coloquei na, na, na... que nós colocamos, né, o consórcio, né, sempre falar o consórcio, né, eu não entrei sozinho, é um consórcio. Nós sempre colocamos o que nós tínhamos de melhor nas duas empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Wilfredo, eu vou aproveitar um trecho do depoimento do senhor Paulo Ney Almeida nesta CPI. *(Passa a ler.)*

“O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, então, contesta a empresa supervisora?”

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Resposta do senhor Paulo Ney Almeida.

(Continua lendo.)

“O SR. PAULO NEY ALMEIDA – Claro, nós não tivemos nunca... Nós... nós... nós... A supervisora ela estava nos fiscalizando, tá, e muitas vezes nós também achávamos que ela não tinha todo o pessoal necessário.”

O senhor concorda com essa afirmação do senhor Paulo Ney Almeida, que a supervisora, muitas vezes, não tinha todo o pessoal necessário?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não, jamais, né, isso nunca aconteceu, né, *(risos)*. O que se deu foi exatamente o contrário, né, o que se deu foi exatamente ao contrário. Por isso, que a ponte sofreu esse atraso brutal aí no cronograma. O problema não era nós, o problema era quem estava executando a obra. Esse que foi o problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Consórcio Prosul-Concremat participou da elaboração do edital de licitação para a fase 2 (trabalhos no vão pênsil) da restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Se nós participamos do edital, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Da elaboração do edital.

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Esse... esse... esse detalhe, o, o Deputado, não... eu não, realmente não lembro, não lembro. Isso talvez o engenheiro Celso, na sequência, possa esclarecer. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsij]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe se o projeto básico foi revisado pelo consórcio supervisor?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – O que eu sei é o seguinte, é... vamos lá. Nós trabalhamos na... Aliás, aqui eu também queria me... eu queria, se me permite, fazer só uma, só uma, uma pequena, uma pequena esclarecimento aqui. No ofício encaminhado, né, aqui pela, pela Assembleia, pela Comissão no dia 13 de março de 2019, a Comissão nos pede somente dados, cópia física digitada dos boletins de acompanhamento de obra etapa 2. Só etapa 2.

Então, vamos lá. O que é a etapa 1? Etapa 1 eram os viadutos de acesso da ponte, a etapa 2 eram as fundações das duas torres e a etapa 3 era o vão pênsil. Nós, mostrando a nossa lisura, a gente respondeu no dia, no dia... *(olha documento)* respondemos... tá aqui... no dia a, a, no dia 16 de abril, que era o prazo, que era o prazo pra entregar toda essa documentação, nós entregamos a documentação... apesar de vocês nos terem solicitado somente do vão, da etapa 2, nós mandamos toda a nossa participação na etapa 1, na etapa 2 e na parte da etapa 3. Isso consta de quatro DVDs, se me permita eu ler:

(Passa a ler)

“DVD um: relação mensal dos colaboradores do Consórcio Prosul-Concremat que atuaram e foram medidos na supervisão das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz, ficha cadastral, GFIP dos colaboradores CLT, contrato de prestação de serviço dos demais

colaboradores 2006 à 2014. DVD dois: diário de obras das fases um, dois e três entre agosto 2016 e julho de 2014. DVD três: relatórios mensais de supervisão de obras e relatórios ambientais de agosto 2006 a julho 2014. Por fim, o DVD quatro: documentos que comprovam a lisura da atuação do consórcio supervisor ao/o qual informou reiteradamente os atrasos da obra e a ausência de capacidade técnico e operacional para concluí-las no prazo assinalado, dezembro 2014.”

Esses quatro DVDs, acho que vocês tiveram a oportunidade de ler, né, isso soma mais de cinco mil páginas.

Então, aqui mostra toda a nossa lisura em, em, em... nesse processo da Ponte Hercílio Luz durante o período que a gente atuou lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Alguma vitória na Ponte Hercílio Luz foi realizada pela supervisora na época da elaboração do edital?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Do edital?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do edital da fase 2.

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Essa... isso, isso também eu gostaria que consultasse o, o engenheiro Celso, porque isso num faz parte do meu dia a dia eu visitar a obra, etc. pra montar a proposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O sabe se o Deinfra, em algum momento, consultou o consórcio projetista sobre alguns pontos do projeto-base?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Deixa eu falar pra vocês, pra esclarecer, outro ponto importante. Quando essa obra foi contratada, o vão central, o projeto, o projeto é, é, que foi licitado, é... por um... foi um, quem fez esse projeto foi uma... foi um consórcio de empresas lá atrás, uma empresa francesa eu acho que era SeteRut *(sic)* o nome da empresa - deve ter nos altos aí - com uma empresa nacional. A empresa nacional realmente eu não lembro o nome nesse momento. E esse projeto aí era inexecutável, inexecutável. Não tinha como executar a recuperação do vão central com aquele projeto. E, aí, sim, a concepção desse projeto, dessa ponte segura, que foi o projeto que foi executado agora fazendo aquela ponte embaixo da Ponte Hercílio Luz, né, aquela concepção daquele projeto foi nossa, né... a concepção foi nossa. Quem elaborou depois o projeto executivo foi a empreiteira, porque era de responsabilidade dela, e a gente fiscalizou esse projeto, esse novo projeto, essa nova concepção de projeto, que o que foi executado aí e que deu certo. Graças a Deus, a ponte está recuperada, aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E em que momento o senhor verificou que o projeto era inexecutável?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – No momento... foi no momento que a gente foi... que nós fomos... foi no momento... Veja bem, quando a gente começou lá, nós começamos a fiscalizar os viadutos de acesso, né. A segunda etapa nossa... quando começamos estudar a etapa 2, a etapa 2, que era as fundações, que era as fundações das torres, ali nós verificamos, ali nós verificamos, que aquele... esse projeto, esse projeto inicial, ele não previa esse reforço da, da, das fundações da, da, das duas torres, né. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

A partir do momento que nós detectamos que precisaria se mexer nas fundações, que se precisaria mexer nos pilones das, das, das duas torres, imediatamente, nós chegamos à conclusão que esse projeto, que até então era o que tinha sido licitado, era inexecutável, era de alto risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor saberia me dizer se isso foi antes de 2008?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Ah, não lembro, não lembro, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era possível facilmente verificar que o projeto era inexecutável?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Era, era. Por todo estudo que foi feito na época, o nosso especialista... o, o, o risco era... o risco de desabamento da ponte no momento que se fizesse... a ponte corria sério risco de colapso se fosse executado aquele projeto. Por isso, que se mudou... a nossa, a nossa opinião foi firme no sentido de mudar o projeto. E o projeto que a gente concebeu é esse projeto que tá aí hoje, né, que realmente foi feito toda a recuperação do vão central sem risco nenhum de desabamento da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Deinfra acreditava que era possível realizar esse projeto?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Na época... eu não posso dizer, porque, na época, eu não sei quem é que fez a análise desse projeto inicial do Deinfra. Eu não tenho informação. Quando a gente entrou lá, esse projeto era o projeto pra ser executado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E, após a Prosul se manifestar, o Deinfra assimilou que era possível a realização?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Sim, com certeza, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando o Consórcio Florianópolis Monumento contratou projetos com a RMG Engenharia, o consórcio supervisor analisou os projetos entregues?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Analisamos, analisamos. Essa empresa RMG foi a empresa que o Consórcio Monumento contratou para fazer o detalhamento desse projeto, que é a empresa hoje que tá fazendo... com a nossa saída lá em 2014, eles estão lá fazendo a supervisão dessas obras, da obra hoje lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Analisaram mais algum outro projeto realizado por outra empresa pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não, que eu me lembre, não, que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor sabe que detalhamentos eram esses?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Detalhamento do projeto final de engenharia... o projeto executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E eles eram, de fato, necessários na opinião do senhor?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Sim, porque se não faz o projeto executivo não tem como executar a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O atraso acumulado da obra e o ritmo aquém do cronograma do Consórcio Florianópolis Monumento eram situações que preocupavam o senhor?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Veja bem, como eu... Volto a repetir, eu não participava do dia a dia dessa obra, tinha a minha equipe que tocava lá junto com a Concremat, mas eu sempre procurava me inteirar, até porque era uma obra emblemática, né, era não, é uma obra emblemática pra Santa Catarina, pra Florianópolis. E, realmente, tinha... nos preocupava demais. Se vocês tiverem acesso a esses relato... a toda essa documentação que a gente, que a gente encaminhou aqui pra Comissão... e esse... toda essa documentação também na época a gente encaminhou para o Deinfra, e a todo momento a gente alertando... porque nós não tínhamos o poder de decisão, nosso poder era o de constatar, de alertar. Então por várias e várias vezes, dentro do nosso relatório, é, é, do nosso, do nosso diário de obra, dos relatórios mensais, várias correspondências. A gente sempre colocou a nossa preocupação com a questão do atraso da obra, né.

Então, isso foi... isso é constante, basta olhar os autos aí que tão com vossas excelências e vocês vão ver que a nossa preocupação sempre foi nesse sentido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor mencionou algo que me deixou em dúvida aqui. O senhor disse que não estava sempre lá na obra. Acabou de falar isso. Mas consta nas relações de profissionais da supervisão praticamente todos os meses. Qual era a sua atuação efetiva? Estava em campo, só às vezes...

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Não. Eu cuidava... eu cuidava, eu cuidava... o que eu tinha... eu sou o responsável técnico pela empresa pela área ambiental. Então, a minha equipe ambiental cuidava, sim, dessa obra, principalmente quando houve uma, a renovação da licença instalação onde a Fatma exigiu uma série de procedimentos, procedimentos ambientais que até então não constavam. Por exemplo, a arqueóloga subaquática; a gente escaneou todo o fundo ali do mar, né, onde foi encontrado um navio muito antigo; controle de água; controle da qualidade de água; controle de qualidade do ar; a questão dos riscos, né.

Então, eu apareço porque eu sou responsável pela parte ambiental da Prosul.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Aquela relação de profissionais apresentados nos relatórios mensais, inclui profissionais que estavam em campo e que davam assessoria esporádica também então? [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Sim, porque não era só o que tava em campo, tinha em campo, tinha em escritório, nós tínhamos... Os profissionais todos... de quando você faz uma supervisão de uma obra, os profissionais não estão todos no campo; alguns estão no campo e outros estão no escritório.

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – quantos eram em campo?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Ah, não lembro agora. Isso... Talvez tu pudesse esclarecer com o engenheiro Celso, porque variou muito, variou muito; com certeza, fez uma variação assim enorme. Depende do pico da obra, depende o momento da obra, tinha mais ou menos profissionais.

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Consórcio Supervisor Prosul-Concremat se limitava a fazer apontamentos aos relatórios mensais ou alguma vez participou de alguma medida mais concreta e incisiva para apontar situações de atraso ou lentidão nas obras da Ponte Hercílio Luz executadas pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – A nós cabíamos fazer todos os relatos, o que acontecia na obra, fazer os alertas para o Deinfra, porque a nossa equipe era uma equipe... é... o nosso contrato era de apoio ao Deinfra; nós não tínhamos poder de decisão sobre o... contra... sobre o... executor da obra; o que nos cabia, e assim é até hoje nos contrato de consultoria que a gente trabalha, a gente tá lá, é o apoio técnico. Nós somos um braço, éramos, na época, um braço do Deinfra na obra. Nós fazíamos todos os relatos, volto a dizer, esses relatos estão constantes em todos os... em todo esse material que foi entregue aqui exaustivamente, né. Agora, a decisão de, de, de romper com a empresa ou multar empresa, enfim, essas medidas administrativas e até judiciais, não nos cabia.

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – Só se manifestavam pelos relatórios, então?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Pelos relatórios, pelos diários de obra e pelas correspondências enviadas durante o mês. Não era só pelo relatório de obra, só pelo relatório mensal.

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – Aconteciam reuniões para fazer?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Várias, várias reuniões, várias reuniões, várias reuniões.

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – E em alguma foram apontados esses problemas relacionados ao ritmo e aos atrasos?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Em todas, em todas, em todas, em todas. E aqui eu até me permito, pra enriquecer aqui a discussão, é... O governo, na época, muito preocupado com essa, com essa questão da, da, do ritmo das obras, ele procedeu algumas reuniões na própria, no próprio Palácio, na 401, né, onde chamava a empresa executora, nos chamou, os engenheiros do Deinfra e tal, preocupado com o ritmo das obras, né? E ali, e ali era colocado claramente, sempre foi colocado claramente a nossa preocupação com o cronograma, é... o previsto, né, o previsto da obra e o que tava sendo executado.

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quais autoridades participavam nessas reuniões?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Ah, os... participava normalmente o Secretário de Obras, o diretor do Deinfra, engenheiros do Deinfra, é... o superintendente, pessoal do Deinfra que tava na ponte... Era um grupo, né?

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Governador em exercício?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – O Gover... em exercício, não.

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Governador na ocasião, né?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Sim, o Governador participou de... Ele que convocava essas reuniões, preocupado com o andamento das obras, né? Algumas reuniões foram feitas lá, não foram muitas, mas foram...

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele tinha ciência dos atrasos, então?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Tinha, tinha ciência.

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – Alguma vez o consórcio supervisor foi questionado pelo Deinfra acerca da real viabilidade da execução completa das obras conduzidas pelo Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Se o Deinfra nos questionou? Nos questionou, e nós temos aqui um... temos aqui vários ofícios, inclusive temos um ofício aqui datado, que tá nos autos aí também, datado de 1 de julho de 2014, onde esse nosso relatório aqui é... essa, essa nossa correspondência foi base, foi base pra que se fizesse a rescisão unilateral do consórcio construtor na época, né? É... na verdade, toda, toda essa, essa, essa rescisão unilateral ela foi toda ela embasada em todo o trabalho que nós fizemos, em todo o nosso diário de obra, volto a dizer, todas as correspondências de alerta, é, enfim, a gente alertou o tempo todo.

O sr. relator (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então eles tinham a preocupação se a obra vai sair... eles perguntaram se a obra vai sair, de fato, é possível acabar essa obra?

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Veja bem, a cada reunião que se fazia se apresentava um cronograma, e a partir do momento que a empresa construtora dizia: “Eu vou cumprir esse cronograma.”, por mais que a gente duvidasse até, mas era, era difícil tu chegar

naquele, né... a gente levantava, bom, mas pra fazer isso, vai ter que aumentar a equipe técnica. [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira] [Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

Vai ter que qualificar, tanto quantitativamente como qualitativo...sob o ponto de quantidade e qualidade a equipe técnica. Vai ter que, enfim, uma série de procedimentos administrativos na própria obra, para que se cumpra. É possível que se cumpra esse cronograma? É possível que se cumpra, evidentemente, dá para cumprir. Agora, tem que fazer uma série de procedimentos que até agora não foram feitos. Se você fizer de agora em diante, entrega sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E a posição da Prosul-Concremat, era uma posição mais cética em relação a isso, mostrava ao Deinfra a dificuldade de se cumprir esse cronograma ou...

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Nós sempre colocamos o seguinte: se fizerem o que estão propondo nesse momento, é possível terminar, sim, a obra. Agora, esses procedimentos, que estão sendo colocados agora aqui, até agora, durante todo esse período da obra, não aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E qual foi o momento que a Prosul, de fato, viu que a obra não iria acontecer?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Foi nessa, foi, foi, foi nessa, nessa, nesse... eu acho que neste documento final. Eu não tenho detalhes, talvez o engenheiro Celso possa... possa relatar com mais precisão, mas foi, foi no ano daqui de 2014, né, 2014. A gente sempre vinha alertando, mas esse documento, eu encaro esse documento aqui (*mostra documento*) como um documento fundamental, onde a gente faz aqui uma análise. No dia 1º de julho 2014 a gente encaminha um relatório para o Deinfra, onde aqui a gente faz um histórico, um histórico de toda essa questão do cronograma de execução da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Wilfredo, isso foi em 2014, após cinco anos e meio de contrato. Já no período em que a obra já era para ter sido entregue já há mais de dois anos e meio. Só foi possível verificar então, de fato, que a obra não seria completa em 2014?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Não, não ao contrário. Se você observar toda a documentação que a gente encaminhou aqui, vai verificar que a gente alerta do risco de não cumprimento do cronograma previsto. A gente alertou o tempo todo. Agora, volto a dizer, a decisão de rescindir um contrato ou não, não era nossa. Assim como esse contrato foi rescindido em 2014, né, foi uma decisão do Poder Público, foi uma decisão do Deinfra, ele podia ter rescindido em 2010, podia 2011. Nós alertamos. Agora, não tínhamos poder...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Deinfra tomou alguma atitude efetiva?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Desculpa, eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Deinfra tomou alguma atitude efetiva em relação a...

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Si, tomou, tomou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...todos esses avisos antes de 2014?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Eu não tenho essa informação, eu não tenho essa informação. Talvez o engenheiro Celso, volto a dizer, que acompanhava o dia a dia da obra. Mas, com certeza, né, eu não posso afirmar detalhes, mas o Deinfra fazia notificações, etc., com base do que a gente, com base no que a gente levantava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No relatório de fevereiro de 2011 é a última vez que o senhor Fernando Hayashi é mencionado como integrante da equipe técnica da construtora, sendo que ele era o responsável técnico da CSA Ltda. A partir da saída dele do canteiro de obras, havia mais algum profissional da CSA que, de fato, participava da obra?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Não posso te informar porque eu não...volto a dizer, eu não acompanhava a obra no dia a dia, não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O consórcio Prosul-Concremat foi notificado oficialmente acerca da saída da CSA da obra?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Também não posso te, te afirmar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como funcionava a verificação de alocação do pessoal do Consórcio Florianópolis Monumento, ou seja, os nomes que constavam no relatório eram os nomes daqueles profissionais que efetivamente estavam na obra ou o consórcio executor passava uma lista para compor o relatório do consórcio supervisor?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Deputado, não posso lhe informar, porque, volto a dizer, eu não acompanhei a obra no dia a dia, não tenho como saber.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O Consórcio Prosul-Concremat se manifestou em alguma oportunidade sobre a aplicação de alguma penalização ao Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Que eu me lembre, não, até porque não era a nossa função. A nossa função é alertar sobre os problemas de atraso, todos os problemas da obra. A decisão se vai notificar, se vai multar, se vai rescindir, essa é uma decisão do Deinfra, na época, da Secretaria, Deinfra, enfim, do governo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor sabe se alguma penalidade foi alguma vez aplicada?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Não sei, não sei te responder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O consórcio supervisor intercedeu alguma vez em favor do consórcio executor para que não fosse penalizado ou sancionado pelo Deinfra?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Não, jamais, jamais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O fato do contrato do Deinfra com o Consórcio Florianópolis Monumento ter perdurado durante cinco anos e meio foi vantajoso para o Consórcio Prosul-Concremat?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - É... não foi vantajoso e nem desvantajoso. Nós cumprimos aquilo que estava no nosso contrato, né. A, a, tem...só para deixar bem claro, só para deixar bem claro, o edital, o edital é muito claro, que dizia o seguinte, nosso edital, né, que a gente venceu essa licitação. [Transcrição: taquígrafa Eduardo Delvalhas dos Santos]

Aqui no seu item, no seu item 432, é muito claro, que diz assim ó: (Lê) "A conclusão dos serviços dar-se-á com a entrega e aprovação do relatório do cadastro da obra concluída, *as built*, juntamente com todas as fichas de controle tecnológico dos serviços."

Portanto, nós estávamos lá, é... a, o nosso... o edital previa que nós ficaríamos lá até o encerramento da obra. E se a obra atrasou, não era problema nosso. A gente fazia os alertas, agora se a obra era para fazer em 24 meses e levou 36, e levou 48, nós não... não era nossa função essa de, de, de, de nos envolver com essa questão da, do cronograma físico financeiro da empreiteira...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas...

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Apenas alertar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o Consórcio Prosul-Concremat ganhou mais por ficar mais tempo na obra, inclusive, com meses com serviços paralisados?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - O Consórcio Concremat ele ficou na obra durante o tempo que tinha a empresa construtora lá. De acordo com o nosso edital, nós tínhamos que ficar até o final da obra, só não ficamos porque o contrato foi rescindido unilateralmente, volto a dizer, graças a todo o trabalho que nós fizemos. Toda base da rescisão foi com base nas nossas anotações, nos nossos relatórios e a partir do momento que foi rescindido o contrato com a empreiteira foi rescindido o nosso contrato também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Wilfredo, essa pergunta eu faço para todos, é padrão: o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado ao procedimento licitatório ou execução dos contratos de reabilitação, restauração e supervisão da Ponte Hercílio Luz?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Não, jamais, jamais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, eu estou... por mim, eram essas as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - Passo a palavra para ao Wilfredo se quer ainda alguma consideração final, breve, ou é isso?

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Eu acho que é isso, é... eu também queria fazer aqui só pra vocês é... só pra eu também poder justificar de repente... é... alguma, duas consideraçõeszinhas que eu acho importante aqui se me permitam, é...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - O senhor seja breve e esse documento pode ser remetido aos Deputados.

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Pode, pode sim.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) - O.k.

(O senhor Wilfredo faz a entrega dos documentos)

O SR. WILFREDO BRILLINGER - Eu queria fazer duas considerações que eu acho importante, é... que é o seguinte, só pra... é... vocês entenderem né, aquilo que eu coloquei dentro da empresa, eu cuido da parte política, a parte comercial, a parte institucional. Só pra vocês ter uma ideia da Prosul, a Prosul em 2006, quando nós

assinamos o contrato da ponte, nós tínhamos 109 contratos em execução e 750 funcionários. Em 2014 quando nós encerramos o contrato, nós tínhamos 304 contratos em andamentos e 1.051 funcionários. Por isso que é... é difícil, eu não tenho como acompanhar o dia a dia de uma obra dessas.

E aqui também eu gostaria de colocar... é, é, é... aqui gostaria de colocar, é... o nosso... nós ficamos lá na obra, nós ficamos lá na obra, é... durante, durante 75 meses, foi a nossa atuação é... na ponte nesse contrato, né? Nós faturamos R\$ 13,163 milhões, em 75 meses, isso dá um faturamento médio aqui de 175 mil por mês.

É... o atual consórcio, e eu não tô, eu não tô contra eles, não tô dizendo que tá errado, mas só pra medida de comparação, o atual contra... o atual contrato com a empresa de supervisão na Ponte Hercílio Luz é... já faturou 14,412 milhões, em 54 meses. Um faturamento médio de 267 mil por mês, ou seja, é um faturamento proporcional, já sob o ponto de vista absoluto maior que o nosso, né, e sob o ponto de vista de valor mensal, é, é... bem superior ao nosso.

Então, só pra registrar, não, não tenho nada contra, mas eu acho que é importante pra, pra se colocar, pra, pra se ter ideia de comparativo, né?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O.k.

Eu coloco ainda se tem algum Deputado que queria fazer questionamentos? (*Nenhum Deputado presente demonstra interesse em fazer questionamento.*)

É isso? Então, nós agradecemos a presença do doutor Wilfredo e também do seu advogado. Encerramos então essa oitiva.

O.k. Muito obrigada.

O SR. WILFREDO BRILLINGER – Obrigado também. Só pra finalizar queria agradecer. Eu acho que é um papel, um dos papéis, tantos papéis importantes da Assembleia, mas eu acho que um dos papéis importantes é fazer isso. Quando se tem dúvida, tem que se realmente chamar as pessoas, fazer CPI. CPI não quer dizer que as pessoas vão ser condenadas, né, vem aqui esclarece, fala aquilo que sabe, que entende, né, e eu espero ter ajudado, colaborado nesse processo da Ponte Hercílio Luz.

Muito obrigado a todos. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O.k.? Obrigada, então.

Bom, enquanto nós damos o tempo necessário para que o próximo depoente também tome assento, eu quero colocar em apreciação o requerimento em relação ao ex-Governador. Quero fazer uma ponderação aqui, foi consultada a assessoria jurídica também, é possível que seja feito um convite, e acho que seria razoável fazer um convite, porque ele se dispõe inclusive a vir.

Então eu coloco em apreciação, se for assim aceito também pelo requerente. Pode ser desta forma Deputado Bruno?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, eu só gostaria de deixar registrado só uma data...

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Tem uma possível data, dia 30 de outubro já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso, isso era a sugestão que eu daria.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Isso, é. Então, a possível data já previamente identificada pela Comissão: dia 30 de outubro às 17 horas, O.k.? Convite então ao ex-Governador Raimundo Colombo.

Em votação. Os senhores Deputados que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

O.k., então. Obrigada.

(*O advogado Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu dirige-se a Presidente: "Deputada, se a vossa excelência me permite."*)

Sim.

(*O advogado Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu manifesta-se dizendo que o doutor Wilfredo gostaria de assistir a continuidade, é possível? Ele já deu o depoimento dele.*)

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Acredito que sim, é perfeitamente possível. Tome assento.

(*O advogado Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu justifica o pedindo dizendo que vieram juntos e vão voltar também.*)

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Sim, tome assento, é público. Fique à vontade.

Bom, então agora nós temos a oitiva de Celso de Magalhães Carvalho, já está presente Celso de Magalhães Carvalho?

(*A assessoria da Comissão informa que ele já está vindo.*)

Ok, hum, hum. (*Pausa.*)

(*A testemunha Celso de Magalhães Carvalho adentra o recinto e senta no local indicado pela assessoria.*)

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Senhor Celso, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente hoje nesta reunião? Por favor se manifeste ao microfone.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Sim.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade acerca dos fatos do que lhe for perguntado?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Sim.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Para que as taquigrafas possam fazer o registro, eu peço que o senhor fale o seu nome completo, a sua profissão, idade, local de nascimento, e endereço, o mais perto possível do microfone.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Celso de Magalhães Carvalho, nascido em 5 de julho de 1947, no Rio de Janeiro, morador no bairro dos ingleses, na rua Mario Giocondo Crocetta, 245.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O.k. O senhor então também continua com acompanhamento aqui do seu advogado, e se o senhor desejar ter instrução do seu procurador é permitido, mas ele não poderá fazer qualquer manifestação, ou gesto de aprovação, ou desaprovação. Eu solicito ainda ao senhor procurador, que fale no microfone novamente o seu nome completo, o número da OAB e o endereço do escritório, por gentileza.

O SR. CESAR AUGUSTO MIMOSO RUIZ ABREU – Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu, OAB 4.125, endereço rua Urbano Salles 133.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O.k.

Bom, agora, então, eu já passo a palavra ao Relator da Comissão, Deputado Bruno Souza, para fazer os seus questionamentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Celso, muito obrigado pela sua presença.

O senhor tinha, à época, alguma experiência em obras de estrutura metálica de grande porte, rebitada, tombada pelo patrimônio histórico?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Sim, na recuperação das obras da estrada de ferro Dona Tereza Cristina, devido à enchente de 2000... não de 1974, eu vim pela empresa Essex Noronha, do Rio de Janeiro, participar dessa equipe. E nós recuperamos diversas pontes feitas pelos ingleses, quando eles abriram a estrada, que eram pontes metálicas, ao longo do trecho Imituba, Urussanga, Orleans e Lauro Müller.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tinha alguma especialização em estruturas metálicas?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... especialização, no tempo que eu me formei, que é um pouquinho tempo, eu formei em 1970, engenheiro na Federal Fluminense do Rio de Janeiro. Naquele tempo não era praxe se fazer especialização e ou mestrado. Eu tenho especializações em rodovias, ferrovias e tráfego, tá? E o tempo, esses 49 anos hoje, tá, de engenheiro praticante, nunca parei de trabalhar, eu acho que me dão experiência suficiente para ter esse conhecimento. [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno.*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor poderia explicar qual o serviço do engenheiro coordenador de uma empresa de supervisão, qual sua dedicação, se é exclusiva ou não?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... não é uma dedicação exclusiva. Naquela época eu já era diretor da empresa Prosul, na parte de obras, diretor de obras, então eu tinha que coordenar todas as obras vigentes. Não sei dizer quantas eram, mas com certeza eram mais de dez obras concomitantes. Como essa obra se localizava em Florianópolis e é uma obra muito importante pra cidade né, é... nós realmente nos dedicávamos um pouco mais. Toda vez que havia uma reunião importante ou um fato novo importante eu me deslocava até a ponte e participava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quantas obras o senhor era responsável ao mesmo tempo?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Hoje?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, na época.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Como eu disse, provavelmente mais de dez, eu não me lembro agora exatamente, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O orçamento para execução da obra previa itens de detalhamento do projeto

executivo, ou seja, projetos complementares no valor de R\$ 22 milhões. Quais eram os critérios de medição para tais para tais projetos? Metragem, unitário, volume?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Esse orçamento que você tá dizendo era o orçamento da construtora, do Consórcio Florianópolis Monumento, tá. No edital do... do... da licitação dizia que o consórcio teria que fazer detalhamento de todos os projetos, fazer novos levantamentos, verificando qual era o estado da estrutura, uma vez que o projeto base licitado era um projeto entregue em 2004 ao DNIT, tá. Então os critérios de pagamento eram, eu não me lembro exatamente se era por prancha ou por item. Eu sei que nós verificávamos, nós recebíamos todos os detalhamentos de projetos feitos pelo Consórcio Florianópolis Monumento, verificávamos, tá, a parte de cálculo, a parte de detalhamento, quantitativos e muitos desses trabalhos inclusive não eram feitos no escritório nosso de supervisão de obra e, sim, no escritório da Prosul, aqui no centro de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Se o projeto do edital estivesse atualizado e fosse exequível, precisaria desse item no orçamento?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Olha, quem fez esse orçamento e quem fez a licitação foi a equipe do órgão, tá. Nós naquela época estávamos fazendo a supervisão da execução da restauração da etapa 1, ou seja, viaduto de apoio, de acesso ao vão central. Não participamos desse... Qual foi o motivo? Mas eu acredito que, de qualquer maneira, se esse projeto base foi entregue em 2004, os levantamentos da situação da corrosão, que era o principal agravamento que nós tínhamos na estrutura, já deve... já deviam tá bem variando entre 70... entre... é, é, entre 1999/2004, tá.

Então haveria necessidade de qualquer maneira de fazer uma revisão detalhada, tá, e fazer algumas adequações. Talvez não houvesse de fazer uma modificação grande, mas a modificação grande não foi no projeto. A modificação grande foi no método construtivo da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E na época esse valor seria suficiente para contratar um novo projeto para a ponte?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não sei dizer. Quem fez o contrato do projeto original foi o DNIT. Contratou um consórcio feito pela Sondotécnica e a francesa Ingérop, eu não sei nem os valores que foram envolvidos tá, não sei dizer, não sei calcular.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A supervisora, ela revisou os projetos?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... nós fomos recebendo os projetos do órgão, do Deinfra à medida que a obra ia evoluindo, tá. No... na etapa 1, o projeto dizia, conforme a situação de cada peça, se ela tinha uma coisa do tipo um, tipo dois, tipo três. Conforme essa detecção, então: tipo um, seria feito um reforço ou só uma limpeza, tipo dois, seria trocada peça, e assim sucessivamente. Então o projeto era orientativo, tá, e foi cumprido totalmente nessa fase.

Na segunda fase, nós recebemos o projeto praticamente concomitante com a chegada da... Consórcio Florianópolis Monumento, que venceu a licitação, e se não me engano assinou o contrato no... em dezembro de 2008, se eu não me engano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quem eram os responsáveis pelos aceites desses projetos?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não entendi sua pergunta. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A construtora, o Consórcio Florianópolis Monumento, encomendava esses projetos e os senhores faziam as medições. Quem eram os responsáveis pelo aceite desses projetos, pelo o.k. desses projetos?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – A supervisora Prosul-Concremat, o consórcio, tinha duas obrigações. Um: verificar a qualidade e a, e a, e a, compl... e se esse projeto tava completo. E segundo, fazer... a, a construtora apresentava a medição e nós atestávamos a medição. A parte de, de faturamento e pagamento era do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então os senhores atestavam a qualidade dos projetos também. E quem fazia isso dentro da Prosul?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... Essa equipe é, era uma equipe multidisciplinar, mas é importante ressaltar a presença de um consultor internacional, o engenheiro inglês Richard Lamb, com grande experiência nesse tipo de obra, tá? Já tinha feito lá

na, na Europa e... se eu não me engano nos Estados Unidos, várias recuperações de ponte estaiada. Eu não sei se ele foi consultado por vocês aqui, fez a testemunha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Celso, verifica-se nos relatórios de acompanhamento mensal, emitidos pelo consórcio supervisor, que o executor descumpriu reiteradamente alguns itens contratuais ou de edital, tal como o descumprimento do cronograma executivo. Quais atitudes foram tomadas em relação a essas negligências do executor?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Bom, a... o Consórcio Florianópolis Monumento, a supervisão, a sua função era dar apoio técnico e informações ao Deinfra, que era o órgão que tinha o poder – vamos chamar assim – de polícia, de advertir, multar, punir. Tá?

É... a partir... Em 2010 houve a mudança do método construtivo. Janeiro de 2010 a reunião primeira, tá, onde se apresentaram os motivos e realmente nós, pela, pela, pelo consórcio participamos e concordamos que aquilo obrigava a mudar o método construtivo.

Bom, na sequência esse... no come... final, durante o ano de 2010 ele foi apresentando os projetos dessa nova metodologia; 2011 ele teria que começar a construir a chamada de ponte de sustentação provisória, que ia escorar por baixo, que tá ali presente e serviu, perfeitamente, essa fase agora da Construtora Teixeira Duarte.

Bom, é... Começo de 2011, ele devia começar a executar, e nós começamos a notar que não estava executando no ritmo ideal. Começamos, nessa fase, a alertar o, o fiscal – nossa comunicação com o órgão era o fiscal —, fazia documentos ao fiscal.

2012 esse atraso tornou-se, é... irré... vou chamar assim de irreversível. Nós passamos então a fazer, é, mensalmente uma co... lançar no diário de obra, fazer uma correspondência ao engenheiro fiscal e pegar cópia dessa correspondência protocolada e mandar ao Governador, tá, haja visto a nossa preocupação com este problema, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Todo mês era feito esse relatório?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Todo mês...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa preocupação era externada todo mês?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO –... Todo mês...

Em 2012 era todo mês. A partir de 2013 passou a ser semanal a correspondência, o lançamento no diário de obra, que são os dois documentos legais contratuais, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a correspondência ao Governador era semanal?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... nessa fase a gente protocolava, vamo dizer, no primeiro dia da semana para o engenheiro fiscal, e dois dias depois entregávamos, protocolava no Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quem era o engenheiro que o senhor menciona? Quem era o fiscal...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – O engenheiro da Prosul?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, o fiscal que o senhor...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Nessa época era o engenheiro Wenceslau Diotallevy.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor entregava essa comunicação diretamente ao Governador Raimundo Colombo?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não, nós deixávamos protocolados por ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por que o consórcio supervisor relata com mais ênfase o descumprimento do cronograma apenas nos relatórios finais? Se lá em...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não. A partir de 2013, inclusive tem uma listagem no, no, no a, num dos anexos, aquela correspondência enviada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Fale mais próximo ao microfone.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO –... Tem uma... Tem um dos anexos, que eu vou até ver qual é, aquela correspondência enviada no início dos trabalhos aqui, à CPI, tá?...

(O Depoente manuseia vários documentos.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu me refiro à ênfase maior à pe... Já que o senhor disse que em 2012 os senhores já tinham noção de que se tornou impraticável, por que...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Tá, não estava, estava se tornando impraticável, estava se tornando impraticável, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando que o senhor considera que...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – DVD 4, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quando que o senhor se deu conta que realmente a obra não seria exequível?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – 2014. A partir de 2014 nós, é... demo mais ênfase a essa situação. [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

É... nessa época o Governador começou a convocar reuniões mensais, tá, na, na, no 401, na SC-401, onde nós comparecíamos, comparecíamos os principais Secretários de governo, o presidente do Deinfra, o engenheiro fiscal e o representante do Consórcio Florianópolis Monumento. E aquilo foi se agravando e, no início de junho, praticamente as obras estavam abandonadas, vazio o canteiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor... então o senhor alega que só em 2014 o senhor percebeu que seria inexequível?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não. A partir de 2014 era irrecuperável, antes não, não seria irrecuperável. Teve que fazer... teve vários aditivos de prazo, aditivos, até teve um ou dois aditivos de valor, tá, pequenos, de coisas que não tavam previstas no projeto inicial. Mas, no caso específico, 2012, primeiros alertas; 2013, tornando-se preocupante; 2014, tornando-se, não vou dizer irreversível, porque isso não existe, mas tornando-se muito difícil de reverter.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então em 2012, 13, o senhor ainda acreditava que era possível realizar a obra?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não, não acreditava. Achava que poderia haver uma reação, dependeria das atitudes que o órgão iria tomar com a construtora. Dentro da, do contato com a construtora havia primeiro uma advertência, depois uma multa e depois a rescisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Foram cinco anos e meio com a obra concluída em apenas 40%. Não se demorou muito para verificar isso?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não, nesses relatórios que o senhor mesmo citou de 2012... A partir de 2012 a gente citava sempre anexo: qual a porcentagem devia tá no cronograma e qual estava. Então... se aparentava, então, bem mais grave ainda a situação. Porcentagem e cronograma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – (O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Na imagem projetada, e aí no computador também.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Verifica-se que durante algum tempo o consórcio supervisor realizou medição em montante maior ao do executor, ou seja, quem supervisionava estava medindo mais do que quem fazia a obra, de quem restaurava a ponte. Quem supervisionava a restauração estava medindo mais do que quem estava restaurando, inclusive, durante alguns meses seguidos, como ali está apontado.

Senhor Celso, considerando que o Consórcio Florianópolis Monumento jamais alcançou o percentual previsto de execução, alocando poucos trabalhadores e equipamentos, não parecia evidente que eles não tinham condições de executar a obra?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Vou me reportar à resposta anterior. A partir de 2012, preocupação; a partir de 2013, muita preocupação; a partir de 2014, prática, quase uma certeza.

Quanto esse... parte de faturamento. Nós tínhamos obrigação de estar mobilizados na obra com vários especialistas, especialista em obra de arte, especialista de planejamento, esses tinham que tá presentes. O nosso contrato não estava hora nenhuma vinculada à produção da construtora. À medida, me permita, à medida que a construtora diminui o ritmo e causa mais preocupação, tá, o próprio órgão pede que a gente aumente a fiscalização, a verificação, com mais alocação de pessoas.

Outro fator importante: em 2010, quando foi feita a mudança do método construtivo, a Fatma é, pediu uma série de, de estudos novos para revalidar a licença que se referia ao processo do DNIT de 2004, o projeto de 2004. Isto aí nos obrigou a fazer mergulho, é... escanear o fundo do mar, arqueologia submarina, uma série de coisas, que tiveram que ser remunerados.

Nesses picos que aparecem de medição (*mostra na imagem*), tá, tá da Prosul ali na fase 2010/2011, são esses serviços exigidos pela Fatma para revalidar a licença, que foi revalidada.

Bom, voltando a isso. Se eu tenho que estar lá para verificar que ele não está construindo ou está construindo errado, eu tenho que estar lá. Se eu estou lá, a minha remuneração contratual é por homem/mês lá trabalhando, não há como evitar, isso acontece, tá? É muito ruim, é muito ruim por causa que leva esse tipo de, de

pergunta, mas que, legalmente, a nossa, nossa remuneração foi perfeitamente adequada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E por que foi permitido dilatar o prazo de execução em mais dois anos, dois anos além do inicial previsto, aditar valor e valor contratual, quando se ainda estava claro que não eram cumpridos os requisitos dessa obra desde o início? O aditivo de prazo foi em 2012, dando mais dois anos e meio por contrato?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – O senhor tá falando do contrato da construtora?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exato.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Tá.

A... quando foi mudado o método construtivo, a partir de janeiro de 2010, já houve um aditivo, mas que não deu reflexo financeiro, mas de troca dos elementos que iam ser executados e medidos, tá? [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

A partir de 2012, quando já estava claro que seria possível cumprir o cronograma inicial, acho que terminava no segundo semestre de 2012, eu não tenho certeza, tô especulando, tá, começamos a pressionar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No microfone, por favor.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – ...começamos a pressionar o próprio consórcio construtor, tá, e o engenheiro fiscal que tinha que dar um jeito, ia vencer. E aí, a, a, o Consórcio Florianópolis Monumento, dentro de uma regra que existe no Deinfra até hoje, ele tem de pedir um aditivo de prazo numa antecedência de sessenta dias do vencimento. Ele cumpriu, mas foi em cima do vencimento. Obedeceu o que tava no contrato dele, no edital dele, mas foi... tava em cima do vencimento, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor aparece como responsável técnico do Consórcio Prosul-Concremat a partir da 25ª medição, referente a agosto de 2008. Portanto, um pouco antes do início da segunda fase. O senhor poderia explicar quais os procedimentos para a substituição do engenheiro anterior? E o senhor teve que apresentar CAT como responsável técnico ao Deinfra?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – É... bom... A minha ART, que é a nossa Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao Crea, eu, pela empresa, eu sou o responsável técnico desde agosto de 2006 até 30 de junho de 2014. Tá? Isto não quer dizer que eu vou ser remunerado nas medições. É uma responsabilidade da empresa designar uma diretoria pra tocar e um responsável técnico legal perante o Crea.

Com licença... (O depoente toma água.)

A partir dessa data, provavelmente foi me pedido uma maior presença... Desculpe. Uma maior presença nas reuniões, tá? E aí meu nome apareceu eventualmente junto ao órgão e jun... Não sei nem se eu cheguei a ser medido, acho que não, tá? O.k.? Então espero ter respondido a sua pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O anexo 7 do Edital 12/2006 estabelecia a quantidade de engenheiros por etapa. A etapa 2, que envolvia o reforço das fundações (que sofreu alterações) exigia o índice de 0,352 engenheiro coordenador por 10 meses, ou seja, o profissional deveria dedicar 35,2% do seu tempo pra supervisionar a obra. A etapa 3, recuperação do vão central, exigia um índice de 0,746 engenheiro coordenador por 36 meses. Isso precisaria de 74,6% do seu tempo presente na obra.

O senhor considera que o Consórcio Prosul-Concremat respeitava essa dedicação exigida do profissional da supervisão da obra? Tem um *slide* aqui que apresenta justamente essa necessidade das etapas, segunda etapa e terceira etapa.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Primeira, primeira colocação que eu quero fazer: a etapa 2 não se realizou, de obra. O Consórcio Prosul-Concremat é quem fez um estudo do projeto do DNIT para a etapa 2 e concluiu que ele era superdimensionado, tá? Não era necessário cumprir aquilo que estava no projeto. Realmente não foi cumprido, hoje aí pela Teixeira Duarte esse estudo da Prosul importantíssimo, deu um ganho pro erário e evitou essa des... essa despesa, e foi seguido agora Teixeira Duarte.

Deixa eu voltar. Essas percentagens, elas não são obrigatórias de ser cumpridas dentro do canteiro de obra, tá? Existe uma série de atividades que você tem e pode fazer do seu escritório, estudar relatórios, orientar. Então, se foi medido, tá, na etapa 2... Nossas medições, na época... desculpe, deixa eu voltar um pouquinho atrás. As medições do Consórcio Prosul-Concremat não separavam por etapas, usavam aquela planilha que está no final dessa, do edital que o senhor tá vendo, a planilha tem 44 meses de trabalho com todas as somas acumuladas. Não... O órgão não separava, medição da 1, da 2, da 3. Até porque na 1 a gente usava, estudava essa parte da 2, esse projeto da 2, tá?

Então, eu não acredito que eu tenha sido medido nesse valor o tempo todo, acredito que não, teria que verificar, não me lembro mais, tá? Que à época que eventualmente eu tenha sido medido, que eu poderia ser cobrado isso, não fui medido e dava atenção, não há problema, tá? Foi nessa época que me pediram pra participar das reuniões, primeiro pra mudança de método construtivo e, depois, pra poder pressionar o consórcio quando... ele tinha, inclusive, também só dois engenheiros na obra, o consórcio construtor, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Teria que verificar. [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade o relatório 25, que nós iremos apresentar aqui também, o relatório da 25ª medição aponta que o consórcio supervisor alocou 0,48 engenheiros na obra, ou seja, aproximadamente metade das horas mensais ele estaria trabalhando na supervisão da Ponte Hercílio Luz. Por que a diminuição aconteceu, senhor Celso?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não entendi a pergunta da diminuição. Se... se nesse relatório apontou 48 é porque eu dediquei 48%, provavelmente foi uma das fases críticas que me pediram mais tempo. Agora, eu não sei se reduziu, por que reduziu. Eu não me lembro dessas medições. Se o senhor julgar importante, eu vou estudar esse assunto e retorno em outra oportunidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade é porque a exigência de 0,74, era 74,6% e a medição aponta que o consórcio supervisor alocou 0,48.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Como o senhor mesmo disse, tá, se o consórcio construtor estava diminuindo o ritmo, é muito provável que o próprio órgão tenha pedido pra reduzir o custo, tá, não precisa mais, porque se não tem velocidade, eventualmente...

Como eu disse, eu preciso reestudar esse assunto, tá? Tô fazendo aqui uma hipótese, pode... é uma... provável, porém não garantido. Eu gostaria de estudar.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Deputado Bruno, são 12h30min, nós estenderemos mais quinze minutos para a conclusão, o.k.? Obrigada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Celso, peço que o senhor olhe as ARTs da supervisão da obra da Ponte Hercílio Luz. Gostaríamos que o senhor explicasse o motivo de tantas ARTs... Nós vamos entregar para o senhor os documentos.

(A assessoria da CPI entrega os documentos ao depoente.)

Peço que o senhor olhe essas ARTs da supervisão da obra da Ponte Hercílio Luz e gostaríamos que o senhor explicasse o motivo de tantas ARTs anuladas.

(O depoente analisa os documentos.)

Enquanto o senhor olha, vai ficar na tela uma imagem que mostra todas as anotações, sendo que as da parte de cima foram todas as anuladas, e as de baixo apenas a última foi informada a data de baixa.

Veja bem, as ARTs que tinham o período de responsabilidade especificado, com início e baixa, estão anuladas, enquanto outras, como a 2558591-0, a segunda da lista, consta obra/serviço em andamento desde 2006, como pode ser verificado na tela aqui.

A segunda ART informa que está em andamento...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Eu vou pedir pro senhor depois repetir, porque eu vou responder cada caso. Eu posso responder cada caso? O senhor vai terminar a pergunta aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou... eu vou... eu vou fazer a pergunta e o senhor...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Aí eu vou lhe pedir pra... pra colocar

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Vamos... vamos... vamos fazer a pergunta, está bom?

A segunda ART informa que está em andamento até hoje, pois não tem data de baixa: atividade de coordenação de controle de qualidade e supervisão e fiscalização, ambas em pontes, viadutos ou elevados metálicos.

A terceira ART, de 13/05/2010, como pode ser verificado na tela, ela especifica o período de maio de 2010 a agosto de 2012, foi anulada por substituição, quando da ART de 31/08/2012 - no período de maio/2010 a agosto/2012. O senhor foi responsável técnico pela supervisão da obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Perante o Crea, Anotação de Responsabilidade Técnica representando a empresa Prosul, parte do consórcio, fui, tá? Quanto essas que o senhor diz, anuladas, elas não são anuladas, elas são substituídas por outra. Então fica a presença integral da pessoa, só substitui o documento. Às vezes, porque entra no serviço, eu vou fazer especulação também, entra um item novo que gera classificação e eu tenho que

fazer uma nova ART. Teria que verificar também, mas não há anulação, tá? É importante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E por que não há data de baixa?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Isso... Se não há data essa baixa aí, é uma falha da empresa, do consórcio, e nós vamos dar baixa, porque tamo aí gastando um valor desnecessário. O nosso contrato foi... foi encerrado unilateralmente em agosto de 2015.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A última ART que vamos mostrar informa que a obra/serviço foi concluída e que a data de ingresso na obra foi 16/04/2013 a 18/04/2013, essa última ART que o senhor tem à disposição na tela. Ou seja, apenas quatro dias, incluindo todos os serviços e cancelamentos à ART anterior.

Pelo exposto, gostaríamos que o senhor explicasse o motivo de tantas ARTs e qual, e essa última, se o senhor poderia explicar por qual motivo ela tem quatro dias apenas?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Provavelmente essa ART foi emitida e como o nosso contrato foi paralisado no dia 01 de julho de 2014 e encerrado unilateralmente em agosto de 2015, ela tem que ser cancelada. Então, se tá paralisada, ela não tem... teria que estudar, mas todo... durante todo o tempo foi cumprido o nosso dever legal de fazer ART e o serviço foi prestado de acordo com o contrato. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas uma ART de quatro dias, o senhor saberia o motivo?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Como eu disse, teria que estudar, provavelmente foi pra... paralisação da obra eu tenho que encerrar a ART. Tenho que ver.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Celso, nós solicitamos ao Crea que fornecesse as ARTs emitidas pelo senhor no período de 2006 a 2015, sendo informadas 206 anotações, não incluindo as anuladas, como vimos anteriormente.

Considerando que os relatórios mensais e as medições informam que o senhor exerceu a função de coordenador da equipe no período de setembro de 2008 a agosto de 2009, bem como de maio de 2010, gostaríamos que o senhor explicasse com que frequência o senhor visitava as obras ao qual estava vinculado por meio das ARTs?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Bom, eu vou ter que explicar uma coisa primeiro. A maioria, no, essas ARTs são de responsabilidade técnica, responsabilidade técnica perante o Crea não implica em dedicação de qualquer tempo, é apenas a pessoa responsável, se houver um desastre ou um problema, a pessoa ser responsabilizada, até eventualmente criminalmente, porque ela é responsável. Então, como eu sou o responsável por todos os serviços da Diretoria de Obras, como diretor, sou obrigado a exercer a função, embora possa designar um dos meus gerentes para ser a pessoa direta, eu tenho que fazer essa ART. Então sendo duzentos, trezentos, não há a menor problema.

Segundo, a percentagem de trabalho no, no Deinfra, aqueles valores que se forem, foram emitidos é que teriam que ser verificados, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou exibir algumas ARTs aqui, peço que coloquem na tela apenas alguns exemplos de trabalhos que foram exercidos ao mesmo tempo com a supervisão da Ponte Hercílio Luz.

Primeiro: é do Deinfra, serviço de supervisão e fiscalização de obras da Ponte Hercílio Luz, expedido em 20/12/2006, término previsto para 10/04/2010. Segundo: vem da Prefeitura Municipal de Chapecó, serviço de supervisão e fiscalização de obras, expedido em 19/08/2008, término previsto para 04/01/2013. Terceira: Projeto Geotecnia, 108 quilômetros, BR-342 em Nova Venécia, Espírito Santo, expedida em 19/08/2008, término previsto para 12/01/2010. Quarta é pelo Deinfra, serviço de supervisão, no quilômetro 15 na SC-450, em Praia Grande. Quinta, projetos executivos de obras emergenciais, 247 quilômetros de rodovias no Vale do Itajaí e norte de Santa Catarina. A sexta é o DNIT, coordenação projetos rodovias, 112 quilômetros da rodovia BR-280, São Francisco do Sul. A próxima é serviço de supervisão, 17,4 quilômetros na rodovia SC-447 também. O outro, projeto geométrico e terraplanagem, 430 quilômetros, BR-135.

E, por último, vou colocar uma tela com o mapa: o senhor poderia explicar como fazia para coordenar a execução de cinco projetos e a supervisão de seis outras obras, tudo isso ao mesmo tempo?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Conforme eu já lhe expliquei. A emissão de uma ART de responsável técnico não representa garantia de dedicação horária e, sim, responsabilidade legal. Tá? Essas obras todas, eu me lembro de todas elas, era responsável legal. Eu tenho cinco gerentes, hoje, naquela época talvez tivesse um ou dois só, e posso delegar aos gerentes, aos engenheiros supervisores e exigir apenas que se cumpram.

O senhor tá encarando a ART como um compromisso de tempo, não é isso. Espero que o senhor verifique.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor visitava essas obras?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Eventualmente, sim; uma vez cada dois meses se necessário. Se estivesse correndo bem, às vezes não era necessário. Como eu disse, é um diretor, tá, hoje eu tenho 35 contratos ativos na minha diretoria, tá, espalhados no Brasil inteiro, nós trabalhamos em todos os Estados, menos dois no Brasil, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na Ponte Hercílio Luz, era a mesma coisa?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Na Ponte Hercílio Luz era, uma, um percentual menor, como eu disse, deveria ter pelo menos dez, doze contratos naquela época, mas eu não sou obrigado a comparecer pra eu ter minha responsabilidade técnica, tá? Tem que verificar se essas ARTs são de responsabilidade técnica ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas a sua atenção... só para nós entendermos, a sua atenção com a ponte era a mesma que com as outras obras.

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Conforme eu falei no início, da, da minha audiência aqui, tá, a Ponte Hercílio Luz tem uma importância muito grande para o Estado de Santa Catarina, para Florianópolis, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Então... Com licença.

Eu dedicava uma atenção muito superior a que eu dedicava aos outros contratos que existiam na mesma época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor declarou em reportagem publicada no Jornal Notícias do Dia, de 11/05/2011, está na tela, que “o contrato para a segunda e última etapa de restauração e reforma da ponte termina em 2012”, acrescentado na sequência “que fatos novos poderão adiar a inauguração”.

Haja vista que a obra não foi entregue em 2012, o senhor poderia explicar quais os fatos novos adiaram a inauguração? [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Como eu te disse, pela data dessa entrevista, vamos dizer assim, foi 2011. Em 2011 nós começamos a ficar preocupados com o ritmo de obra e que ele poderia não permitir a término a data prevista. Tá?

Então acho que essa minha declaração aqui bate bem com aquilo que eu lhe expliquei da evolução dos problemas 2011, 2012, 2013 e 2014, então, tá bem coerente com o que o senhor viu aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Consórcio Prosul-Concremat participou da elaboração do edital de licitação para a fase 2, dos trabalhos no vão pênsil, da restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Não, absolutamente. A nossa função é supervisionar a obra, parte administrativa é do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k. Presidente, eu estou satisfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – Questiono se algum Deputado quer se manifestar. (Pausa.)

(Nenhum Deputado presente demonstra interesse em fazer questionamento.)

Vossa excelência quer fazer alguma consideração final ainda, doutor Celso?

O SR. CELSO DE MAGALHÃES CARVALHO – Só de agradecer aí a atenção e dizer que nós, da Prosul, continuamos a inteira disposição no sentido de esclarecer qualquer dúvida que haja, tá?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) – O.k. Então não havendo mais perguntas a serem feitas, dou por encerrado o depoimento do senhor Celso. Agradeço a sua presença e a do advogado.

Solicito que a assessoria o encaminhe até a área externa.

(O depoente pergunta ao senhor Relator se pode levar o documento para verificar.)

(O depoente deixa o recinto.)

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, lembrando que teremos reunião dia 29 de outubro, terça-feira, às 17 horas.

Justifico, ainda em tempo, a ausência do Deputado Sargento Lima em função de agenda em Brasília.

Obrigada. (Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira/Leitura final: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE

* * *

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019.

OBJETO: EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA LAJE DE COBERTURA NO PALÁCIO BARRIGA-VERDE, INCLUINDO O REFORÇO POR CINTAMENTO DA CABEÇA DOS PILARES DE SUSTENTAÇÃO DA LAJE DE COBERTURA; DE PROJETOS HIDRÁULICOS (DE RECALQUE, ABASTECIMENTO, DE CAPTAÇÃO E DE USO DE ÁGUAS PLUVIAIS), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA E DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS
DATA: 06/12/2019 - HORA: 09h00min.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09h00min do dia 06 de dezembro de 2019. O Edital poderá ser retirado por processo de descarregamento virtual (*download*) no sítio eletrônico da ALESC www.alesc.sc.gov.br, no link '*Consultas - Licitações - Aviso de Licitação*' ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300 (Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider), 8º Andar, Sala 804, Florianópolis/SC.

Florianópolis/SC, 22 de novembro de 2019.
Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações e Contratos

* * *

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 0708.4/2019

Joinville, 15 de outubro de 2019.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Vida, de Joinville, referente ao exercício de 2018.

José Paulino Muller
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 20/11/19

* * *

OFÍCIO Nº 0709.5/2019

Capinzal, 05 de outubro de 2019.
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Comunitária de Segurança Pública (ACSP), de Capinzal, referente ao exercício de 2018.

Roselei Vilarino Lira Bonadiman
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 20/11/19

* * *

OFÍCIO Nº 0710.9/2019

Caçador - SC
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social (ACEIAS), de Caçador, referente ao exercício de 2018.

Neoberto Geraldo Balestrin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 20/11/19

* * *

OFÍCIO Nº 0711.0/2019

Joaçaba, SC., 14 de novembro de 2019
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação dos Amigos do Meio Oeste (AMO), de Joaçaba, referente ao exercício de 2018.

Marlene Rossoni
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 21/11/19

* * *